

CAPÍTULO 8

ARQUEOLOGIA, GEOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO TEJO, PORTUGAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura08>

Luís Mota Figueira

Cecília De Melo Correia Baptista

Ana Paula Gerardo Machado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Os acervos territoriais são, em todos os lugares, repositórios da ação da natureza e testemunhos da intervenção humana. Dessa relação resta um legado onde se depositam novas coisas, aumentando continuamente o acervo original.

A Arqueologia e a Geologia tentam estudar esse acervo original pelo lado das intervenções físicas detectáveis no tempo e no espaço. A Etnoarqueologia e a Antropologia tentam determinar cenários compreensivos com base nos vestígios arqueológicos e na sua lógica temporal, buscam entender as narrativas históricas possíveis, desvendam olhares sobre a paisagem natural e antrópica, tentam esboçar aspectos comportamentais e artísticos (SILVA, 2009).

Os vestígios são, nessa perspectiva, os testemunhos: retirá-los da sua mudez natural e colocá-los sob o foco da interpretação pressupõe um trabalho sistêmico (FIGUEIRA, 2013a). Os sinais das ocupações humanas são tantos e tão complexos, quão complexa é a existência humana com os seus rituais e sentidos espirituais em confronto com as condições naturais de onde emitem as suas mensagens. Captá-las será, portanto, senti-las como algo pertencente a uma unidade na diversidade: a ocupação humana dos territórios é uma consciência civilizacional e, como tal, não conhece fronteiras naturais nem culturais (CASIMIRO, 2007).

Dedicando-se o Geoturismo aos ambientes naturais e construídos abióticos, aposta na preservação do significado geográfico dos locais, para além dos seus aspectos puramente geológicos e geomorfológicos. De modo a conservar os recursos, é necessário desenhar uma interpretação interativa de acordo com a diversidade e seletividade do mercado, envolvendo as comunidades e almejando a satisfação do turista e a criação de benefícios conducentes ao desenvolvimento local sustentável (FENNELL, 2002).

A formação e consolidação econômica e social de um destino turístico se deve, principalmente, ao ambiente natural e cultural desse destino

e às condições de estada em lazer que os viajantes procuram: o destino passa a ser no portfólio pessoal uma referência positiva e da sua história de vida (FIRMINO, 2007).

A Cultura é o cimento das comunidades humanas, sejam elas mais pequenas ou vivam em grandes metrópoles. Em cada região há ícones incontornáveis. Preservá-los em função do seu uso cultural e turístico é respeitar o “espírito de lugar” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 2008).

O Médio Tejo, Tomar, cidade templária, apresenta-se ao mundo do turismo e da cultura como um lugar onde o Convento de Cristo é Patrimônio da Humanidade e se reinventa na Festa dos Tabuleiros, ligando Cultura e Turismo (PEIXOTO, 2000). A lenda da fundação do Castelo Templário de Tomar se assenta em um pressuposto geológico: das colinas existentes e com condições para se instalar um edificado de defesa e de ataque militar, Gualdim Pais escolheu a colina que dominava o rio Nabão, na sua margem direita, cujo domínio controlava a velha estrada romana de Lisboa a Coimbra. São esses aspectos físicos e culturais que se pretende explorar do ponto de vista turístico.

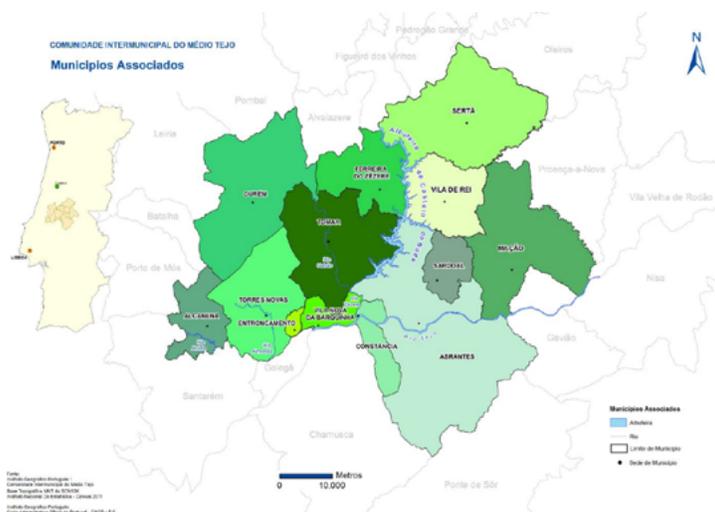
METODOLOGIA

A criação deste capítulo foi precedida de um trabalho alargado de análise da Geologia da sub-região do Médio Tejo e sua interpenetração com a Arqueologia¹. Pretende-se que a metodologia adotada seja replicável em outros contextos de valorização arqueológico-turística, com base nos recursos geológicos de um determinado território (RODRIGUES, 2009).

1 Tem especial importância a constatação de que se reúnem nesse espaço de diversidade cultural concentrada elementos de cultura popular (museus de comunidade), de cultura municipal (equipamentos com gestão municipal), de cultura nacional (recursos patrimoniais sob classificação nacional) e de cultura mundial (recursos classificados de patrimônio da Humanidade pela Unesco).

A região do Médio Tejo – centro de Portugal Continental –, ocupa uma área de 3.344 km, com 247 330 habitantes (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, 2014), distribuídos por treze concelhos: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertão, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



A localização geográfica, o clima e a geomorfologia de cada um dos municípios conferem aspectos particulares à ocupação da terra, à indústria, à cultura e aos usos e costumes (TALAVERA, 2003). As características das construções tradicionais são diferentes em cada um dos concelhos em função da disponibilidade dos materiais para a construção.

A região inclui alguns concelhos localizados nas margens ou proximidades de rios, em um ambiente de península, beneficiando-se de uma

cultura ribeirinha e da tradição piscatória, com exploração de materiais para a construção. Outros concelhos são caracterizados por relevos mais acentuados e agrestes, cortados por rios que correm em vales encaixados. Nesses casos, predominam as atividades típicas das zonas serranas e os materiais de construção passam a ser as pedras disponíveis na região, o calcário, o gnaisse, o quartzito e o xisto.

As paisagens florestais e agrícolas são predominantes, assim como a presença do rio Tejo, que na sua passagem pela região recebe a água de quatro rios, o Alviela e o Almonda, cujas nascentes se situam em Alcanena e Torres Novas, respectivamente, o Zêzere e um dos seus afluentes, o Nabão (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, 2014).

Acredita-se que a partir do Ecoturismo e, por consequência, do Geoturismo, em particular, é possível criar condições tendencialmente benéficas dos ecossistemas e da visitação turístico-cultural (WEARING; NEIL, 2009). Nesse, como em outros domínios, a interação com as populações locais é a chave para a qualificação metodológica paralela à metodologia científica (CORDEIRO; ALVES; CARVALHO, 2015).

Os ensaios de materiais geológicos e a sua confrontação com os vestígios de ocupação humana² obrigaram uma revisão de literatura apurada. Porém o estado da arte em matéria de Geoturismo na região do Centro de Portugal é ainda escasso. Em contraponto, para a Serra de Aire e Candeeiros e para a Serra de Sicó, ambas pertencentes ao sistema cársico do Maciço Calcário Estremenho, a evolução de conhecimento e sua divulgação têm crescido nas últimas décadas³.

Assim, sob o objetivo de criar mais visibilidade sobre o geoturismo na região e aproveitar a localização excelente de património natural e cultural, o trabalho se baseia, em uma primeira fase, no estudo geológico. A riqueza

2 A relevância da Etnoarqueologia como disciplina auxiliar da Arqueologia é ponto crítico, nomeadamente nos territórios com maior cultura rural e núcleos urbanos em domínios do Interior.

3 Disponível em: <https://www.icnf.pt/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

geológica é apresentada e, como objetivo secundário, considerou-se a roteirização do território, elegendo uma Rota Nacional (FIGUEIRA, 2013b). Esta, composta por Itinerários Regionais e, estes, por Circuitos Locais, a fim de responder à questão de partida: como esboçar uma proposta de Geoturismo para criar educação para a preservação ambiental, para a conservação do legado geológico, faunístico, florestal e florístico em simultaneidade com a exploração do destino turístico “Centro de Portugal”? A resposta se tornou evidente: a proposta de visitação liga a arqueologia com a geologia, originando um produto que tem potencial para ser integrado em pacotes turísticos e, acima de tudo, para afirmar uma experiência única, autêntica, apenas possível com a presença do turista nesse território.

O fato de a zona geograficamente considerada ser delimitada administrativamente, ao invés de constituir um problema (porque ao turista não interessa essa delimitação da administração pública), torna-se uma solução, inclusive para uma melhor distribuição do turismo no território continental. Tomar, com o Convento de Cristo classificado como Patrimônio da Humanidade; Abrantes, caracterizada pela sua natureza associada ao rio Tejo e à Barragem do Castelo do Bode; Torres Novas, plena de ligação ao cársico Estremenho com as Grutas do Almonda e com o Paul do Boquilobo; e Alcanena, com a nascente do Alviela, que é considerada a maior nascente cársica da Península Ibérica, corporizam quatro de treze municípios que metodologicamente foram eleitos, neste estudo, como subdestinos turísticos do Médio Tejo (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, 2014).

Nessa visão, escalar se revela a base metodológica que seguimos: i) estudo geológico e geomorfológico do território em análise; ii) organização de conteúdos para visitação, partindo-se do micro para o macro espaço; iii) criação de circuitos, itinerários e rota sob ligação plena da tríade Território-Pessoas-Organizações, base tripartida das dinâmicas de crescimento sustentável.

ENQUADRAMENTO

Na administração pública são indispensáveis medidas políticas orientadas ao ordenamento do território, tecnicamente exequíveis. Para o setor privado, essas medidas proporcionam oportunidades para criar mais economia, alavancar negócios e, como prevê a UNWTO, a inserção no crescimento turístico sustentado; para as organizações associativas, significam crescimento no âmbito das suas missões.

O Turismo é uma invenção social que, na Economia, foi-se integrando como gerador de valor para as comunidades, consumindo território e aproximando culturas (LOPES, 2010). A Viagem e a procura do Outro foram, desde a mais profunda Antiguidade, uma constância do ser humano em situação. Esse desafio é a mola impulsionadora dos descobridores.

Atualmente, a estratégia capitalista de embaratecimento das viagens constitui uma alavanca para os bilhões de percursos aéreos, rodoviários, marítimos, fluviais, ferroviários e pedonais que se fazem durante todo o ano. O conceito de Férias ou de Lazer, face à desconstrução do conceito de Emprego e de Trabalho, constitui novo desafio aos destinos turísticos. Nestes, a vertente natural e a vertente cultural motivam os viajantes a visitá-los e a despendem dinheiro e tempo para emprenderem viagem e pernitem em um e em outro destino, seja o de estada, seja os de trânsito (McKERCHER; CROS, 2002).

As populações locais precisam ser integradas nos processos de apropriação territorial para minimização dos impactes do turismo (FENNELL, 2008; HIGHAM, 2007). Constatamos, por vezes, que os residentes necessitam de explicações básicas que os insiram nesse meio de modo simples e objetivo. As reflexões e as propostas que estudamos em sede de revisão de literatura são claras no caso da intervenção do turismo em territórios cuja fragilidade ambiental aconselha delicada intervenção das atividades turísticas (NETTO; NECHAR, 2014). É necessária mais cultura ambiental, arqueológica, geológi-

ca, turística. A educação e a formação nesses quatro domínios são a base da estratégia de sustentabilidade territorial (ALMEIDA; ABRANJA, 2009).

O que mais marca qualquer destino turístico é a forma como o visitante, tanto turista quanto excursionista, percebe a forma como é recebido e tratado durante a sua estada. O atendimento e a hospitalidade interagem com os visitantes, que também avaliam e comunicam as suas experiências turísticas. Por isso, quanto mais cultura turística existir em um território, tanto mais forte e consistente se torna o diálogo entre atores territoriais (GASTAL, 2000). Cada viajante considera e avalia o dinheiro gasto na aquisição de bens e serviços, observa o comportamento das organizações que comercializam produtos e pacotes turísticos, aprecia a qualidade da sua relação com as pessoas. Para satisfazer a procura com qualidade, exige-se dos profissionais esforço nos estudos, treino, demonstração de competências e prestação de serviço com excelência. Para esse objetivo central, é necessário criar e manter uma *cultura do turismo* e uma *cultura de turismo* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1999).

Cultura do turismo porque a sociedade necessita compreender os benefícios da intrusão turística (o turismo é uma indústria muito recente se for colocada na linha do tempo geológico-arqueológico), regulando, consistentemente, práticas de turismo responsável e sustentado; cultura de turismo porque alargar a visão sobre cultura turística às populações residentes e ao comportamento profissional de todos os agentes turísticos é condição de sustentabilidade. Nessa cultura, insere-se, naturalmente, a linha de afirmação da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

O Geoturismo, aliando-se à Geologia, à Arqueologia e ao Turismo, pode se tornar uma ferramenta da sustentabilidade, tal como acontece com a maior parte das formas de turismo alternativo (SIMÕES; FERREIRA, 2009). O ambiente natural é, para a atividade turística, determinante. A Geologia e a Arqueologia são domínios que, agregando valor científico à geografia local, contribuem para que a visita seja uma realidade simultaneamente cultural

e econômica: contribui para a educação, em geral, e é uma fonte de receita para empresas locais.

O Geoturismo poderá suscitar na região maior consciência e percepção sobre as contribuições que o turismo oferece ao ambiente e à economia, proporcionando ao visitante uma experiência singular e simultaneamente preservando a qualidade do ambiente do qual dependem todos os outros objetivos do turismo sustentável (CUNHA, 2008).

CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO TEJO

O território é vasto, revestido de aspectos geomorfológicos diferenciados e complexos. A Norte e Nordeste, o relevo é acidentado e predominam as rochas cristalinas, formando cristas quartzíticas que se alternam com xistos e grauvaques. Uma parcela da zona Centro e Oeste se caracteriza pela morfologia cársica com relevos agrestes e vales profundos, predominando a rocha calcária com diversas fácies e alguns materiais detríticos. A zona Centro e Sul se caracteriza pelos planaltos e planícies, destacando-se toda a planície aluvial do rio Tejo, mas também dos rios Almonda, Alviela e Nabão. Predominam os materiais detríticos constituídos por areia, cascalho e calhau rolado com uma matriz silto-argilosa.

Terrenos da cobertura ceno-antropozoica, constituídos por aluviões modernas, preenchem os vales, com maior desenvolvimento nos rios Tejo, Zêzere, Almonda, Alviela e Nabão. Depósitos de terraços fluviais constituídos por arenitos e conglomerados, por vezes com intercalações argilosas, são visíveis em várias cotas e com diferentes espessuras em toda a região.

Há um grande desenvolvimento do baixo terraço entre Torres Novas, Riachos, Golegã, Mato Miranda, Entroncamento, Azinhaga e Pombalinho. Grês argiloso acastanhado e avermelhado e areias com seixos, em geral bem

rolados, do Pliocênico, formam depósitos dispersos na superfície dos planaltos do Miocênico (MANUPPELLA *et al.*, 2006).

Há na região três unidades morfoestruturais que importa distinguir: a Bacia do rio Tejo (Centro-Sul), a Bacia de Ourém (Oeste) e o Maciço Calcário Estremenho, que ocupa uma área significativa na zona Oeste da região em estudo. Este último é uma unidade geomorfológica elevada acima da Bacia do Tejo, da Plataforma Litoral e da Bacia de Ourém (MARTINS, 1949). Essa unidade morfoestrutural apresenta particularidades, nomeadamente de litoestratigrafia e de tectônica. A rocha calcária que a constitui condiciona o relevo, o qual apresenta várias escarpas e toda a morfologia cársica característica da região. Os movimentos tectônicos e as falhas condicionaram a forma desse maciço (RODRIGUES, 1998) onde se distinguem três regiões elevadas, a Serra dos Candeeiros, o Planalto de Santo Antônio, o Planalto de São Mamede e a Serra de Aire (MANUPPELLA *et al.*, 2000; QUARTAU, 1998).

Do ponto de vista geológico esse maciço é um patrimônio natural de grande importância pelas características da rocha calcária com diversas fácies, resultantes dos fenômenos de geodinâmica interna, responsáveis também por algumas formas estruturais bem visíveis na paisagem, dobras e falhas de deslizamento e cavalgamento. A morfologia cársica constitui um importante atrativo turístico. Resulta da dissolução da espessa sequência de calcário de elevada pureza, formando estruturas com geometria e dimensão muito variáveis.

É possível observar depressões fechadas com fundo plano do tipo dolina ou uvala, os poljes, os vales secos, as galerias, as grutas, os algares e os campos de lapíás. Esse maciço encerra um importante Sistema Aquífero que constitui uma das principais reservas de água subterrânea de Portugal. As grutas de Alvados, Santo Antônio, Mira de Aire, Moeda e as nascentes do Almonda e Alviela fazem parte desse Sistema Aquífero. Ao circular pelas vias de comunicação que atravessam o Maciço Calcário Estremenho são visíveis as marcas da atividade extrativa destinada à indústria da construção sob a forma de rocha ornamental, agregados e produção de cal e às indústrias química e

siderúrgica. Nesses casos, com extração de calcários dolomíticos e dolomitos (QUARTAU, 1998).

Ao longo da depressão do rio Tejo, principalmente a montante da Vila Nova da Barquinha e entre esta e Constância, Tramagal, Abrantes e Alferrarede se encontra o substrato cristalofílico hercínico e ante-hercínico, representado por rochas intrusivas como o granito, visível na Barquinha, em Tancos e em Arripiado. Nessa zona são visíveis também gnaisses e migmatitos e xistos do Precâmbrico, visíveis na zona de Constância e nas margens do rio Tejo em Abrantes, assim como em Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Sertã e Mação. Aqui, para além do granito, do xisto, dos filitos e do grauvaque, aparecem os quartzitos brancos ou acinzentados do Ordovícico, do Silúrico e do Devónico, alguns com continuidade para os concelhos limítrofes (GONÇALVES, 1979; MANUPPELLA *et al.*, 2006).

Nos concelhos a Norte e Nordeste, a geomorfologia é mais complexa, nomeadamente em Mação (ROMÃO, 2006). Essa zona se localiza junto ao contato Norte da Bacia Terciária do Tejo com o Maciço Ibérico. Apresenta litologia variada e de diferentes épocas geológicas desde o Proterozoico, representada por granulitos, ortognaisses, xistos negros, metagrauvaques e filitos, a que se segue o Ordovícico representado por quartzitos e xistos seguidos pelo Silúrico com xistos, pelos quartzitos e siltitos e terminando no Devónico com quartzitos brancos, xistos e siltitos. O Terciário está representado por conglomerados do Pliocênico; e o Quaternário, por depósitos de terraços do Plistocênico e aluviões do Holocênico.

A variedade da geomorfologia e a riqueza dos recursos naturais encontrados na região permitem considerar a possibilidade de se atingir um patamar de fruição turística correspondente a um elevado potencial empresarial no domínio especializado do geoturismo e turismo científico. Esses segmentos do Ecoturismo poderão desenvolver mecanismos para contribuições positivas potenciais no domínio da conservação e sustentabilidade (BUCKLEY, 2004; WEARING; NEIL, 2009).

POTENCIAL TERRITORIAL

O potencial dos territórios, integrando as pessoas, alicerçado nas organizações públicas (administrativas), privadas (negócios) e associativas (participação cívica) pode ser demonstrado através de uma fórmula muito simples, mas persistente (PICARD; MICHAUD, 2001).

Os recursos endógenos *versus* recursos exógenos, quando combinados com o objetivo de produção de valor, seguindo as linhas da sustentabilidade, beneficiam uma estratégia coerente, porque são ativados e explorados com benefícios daí resultantes (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). A gestão dos interesses públicos e privados precisa de arbitragem: a investigação é a base dessa gestão. O exemplo já apresentado em Figueira (2011, p. 4) a propósito do Roteiro do Tejo, projeto de valorização turística do Rio Tejo, recurso hídrico estruturante da região, afirmava o seguinte:

O Roteiro do Tejo pode ser uma marca com identidade forte porque: é sustentado numa realidade singular evidenciada pela tradição marítima e fluvial; é revelado pelos traços e testemunhos geológicos, da fauna e da flora, etnoarqueológicos, artísticos e socioeconómicos, de ontem e de hoje; é valorizador das informações estratégicas para activação do território, tanto nas dimensões antropológicas, históricas e turístico-culturais, quanto nas que respeitam aos recursos naturais e culturais, suas interpretações e apropriações a favor da economia regional e nacional; é uma referência de autenticidade, para todos os Actores territoriais (Estado Central – Poder Local – Comunidades Intermunicipais – Associações – Empresas – Organizações Não Governamentais – Cidadãos) nos diversos domínios de actividade económica e social.

A cultura territorial tem relação direta com os vestígios arqueológicos e é composta por esses e outros recursos endógenos que, transformados

em atrativos, tornam-se traços dessa identidade que se afirma distintivamente das restantes. A gestão do território é orientada, no domínio do Ordenamento, pelas linhas de Sustentabilidade (HANAI, 2012) e, nesse contexto, a qualificação da relação Visitantes-Visitados é ponto crítico da turistificação como processo de valorização patrimonial nem sempre isento de contradições. Por isso e como argumentava Barreto (2004, p. 137):

Na atualidade parece não haver discussão quanto ao fato de que a relação entre visitantes e visitados apresenta graus de conflito que variam, também, em função da visão que a população local tem dos estrangeiros em decorrência de experiências anteriores com forasteiros não turistas, de preconceitos, da rapidez com que acontece o fenômeno de turistificação, da percepção que a população tem dos benefícios econômicos e sociais advindos do turismo e/ou dos custos sociais e ambientais (Gursoy, Jurowski e Uysal, 2002), da competição por recursos naturais ou pelo uso de instalações, e do grau de distância social e econômica entre visitantes e visitados.

A percepção da população local é fundamental, e o saber turístico que importa melhorar se pratica em um espaço Geográfico de experimentação que para os Operadores turísticos tem importância pela acessibilidade às Viagens, pela densidade de Alojamento disponível, pela qualidade e autenticidade da Restauração, assegurada pelas ofertas locais de Entretenimento e Lazer e, naturalmente, considerando-se as questões da Segurança e de cuidados de Saúde e, no fim da cadeia de valor para o visitante e turista, o Acesso a Bens e Serviços complementares. A estruturação da oferta pressupõe melhorar sempre as condições de visitação dos recursos, apostar na qualificação e capacitação dos agentes e desenvolver ofertas integradas de serviços (AMORIM; FIGUEIRA; SOARES, 2015).

O turismo se ressent e absorve as tendências ambientais que caracterizam a sociedade atual e que se estendem desde as maiores preocupações

ambientais sentidas pelas populações-operadores-governança, as alterações climáticas, a necessidade de utilizar racionalmente os biorrecursos, a utilização de energias e transportes alternativos em uma política de eficiência energética, a valorização de práticas de reutilização e reciclagem, até a implementação de normas de regulamentação ambiental e de técnicas de certificação ambiental (COOPER, 2002).

Desse fato resulta, conseqüentemente, uma tendência de maior procura por produtos naturais com alteração dos fluxos turísticos e aumento de procura em épocas consideradas baixas, o que implica uma adaptação das estratégias de gestão e *marketing* às questões ambientais, incluindo um aumento dos custos de manutenção e operação de atrações turísticas naturais, mas também o desenvolvimento de produtos mais sofisticados no domínio do Turismo de Natureza. Esses novos paradigmas podem aumentar o potencial turístico territorial (SIMÕES; FERREIRA, 2009).

A atratividade do Geoturismo, bem como de todos os segmentos do turismo, revela-se pela capacidade de cada destino para a integração dos visitantes e pelo papel da governança local. Essa visão, quando bem gerida, assegura aos destinos as melhores condições de entrada, de estada e de retorno de visitantes, ressaltando-se a estreita inter-relação entre a prática de atividades de Turismo de Natureza *soft* e os destinos próximos ou o país de origem (TURISMO DE PORTUGAL, 2015).

No futuro, perspectiva-se um aumento do potencial de compra de viagens de Natureza, pela concorrência de alguns fatores, como é o caso da maior preocupação pelos temas ambientais, da procura de destinos não degradados e não massificados, do efeito “moda”, da necessidade de implementar ações de sustentabilidade, da preferência crescente por férias ativas em detrimento de férias passivas, da procura de experiências com autenticidade, da forte oferta dessas viagens via *web*, acessível a um grande número de consumidores (TURISMO DE PORTUGAL, 2015).

Em um mercado global, onde o turismo continuará a crescer, será cada vez mais intensa a concorrência entre destinos, sendo necessário descobrir fatores diferenciadores que possam exaltar o potencial turístico dos destinos face aos seus concorrentes. Nesses fatores se incluem os sítios arqueológicos já classificados e indexados pela Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC)⁴ e outros em vias de classificação, de que se apresenta um resumo dos que são acessíveis à visitação (Quadro 1). O aumento do interesse turístico sobre esses recursos arqueológicos pode induzir processos de conservação em uma perspectiva de transformação em atrativos turísticos permanentes (FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2019).

Quadro 1 - Recursos Arqueológicos da sub-região do Médio Tejo

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Fórum Romano de Tomar	Fundado no século I d.C. pelo imperador Augusto, posicionava-se no itinerário que ligava Olisipo e Bracara Augusta.	Tomar 39°36'11.8"N 8°24'25.6"W
Estação Romana de Seixa	Casal do Baixo-Império Romano, comprovado por vários vestígios arqueológicos, onde se pensa ter existido uma estrada romana.	Seixa, Ourém 39°40'25.094"N 8°31'41.7921"W
Estação Arqueológica Romana do Vale de Junco	Antigo povoado (≈2 ha) que evidencia a ocupação romana com balneário do complexo termal do século III ou IV d.C.	Ortiga, Mação 39°28'48.718"N 8°1'40.592"W
Estação de Arte Rupestre da Fechadura	Gravuras de diversos motivos em xisto (6 m ²) que datam do período entre o Calcolítico e a Idade do Ferro.	Sertã 39°50'53.00"N 7°58'26.45"W
Estação de Arte Rupestre da Lajeira	Gravuras de diferentes motivos e representações (12 m ²) datadas do período entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro.	Sertã 39°50'35.16"N 7°56'49.91"W

Continua...

PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE:
Arqueologia e Turismo Sustentável (volume IV)

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Castro de S. Miguel	Povoado com cerca de 50 habitações de paredes de pedra seca ou argamassa muito primitiva (apogeu entre o século III a.C. e I d.C.).	Serra da Ladeira (Amêndoa), Mação 39°40'5.14"N 08°3'52.25"W
Conheiras	45 sítios arqueológicos constituídos por conjuntos de seixos rolados, resultantes de exploração mineira romana de ouro alucinar.	Vila de Rei 39°36'57.17"N 8°7'46.06"W
Estação Arqueológica de Casais de Abadia	Conjunto de vestígios de ocupações do Neolítico, Calcolítico, Romano, Medieval e Moderno, incluindo edificado. Enterramentos datados dos sécs. XVI e XVII.	Casais da Abadia, Ourém 39°42'1.487"N 8°32'37.20"W
Castelo Velho do Caratão	Sistema defensivo edificado a 250m de altitude do qual resta um troço de muralha e numerosos objetos – Idade do Bronze.	Caratão, Mação 39°34'36.69"N 7°57'39.39"W
Anta da Foz do Rio Frio	Monumento funerário formado por uma câmara poligonal, que se pensa ter sido edificada no final do quinto milênio a.C.	Ortiga, Mação 39°28'27.144"N 8°3'48.151"W
Bicha Pintada	Inscrição em sulco no topo de uma camada de quartzito cinzento-escuro (30 cm de espessura) complementada com galerias vermiformes.	Vila de Rei 39°37'35.96"N 8°9'45.00"W
Gruta de Avecasta	Sítio arqueológico composto por várias aldeias sobrepostas, seladas e preservadas por camadas de argila fina, com evidências de ocupação entre o Neolítico e a Idade Média e também de exploração metalúrgica de cobre.	Avecasta, Ferreira do Zêzere 39°44'46.082"N 8°24'12.599"W
Grutas das Lapas	Labirinto de galerias subterrâneas à povoação, escavadas em calcário mole conhecido por <i>tufo</i> .	Lapas, Torres Novas 39°29'34.58"N 8°33'14.40"W

Continua...

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Parque Arqueológico do Ocreza	Trinta rochas com gravuras rupestres, repartidas por dois núcleos, originárias do período Paleolítico ou Neolítico/Calcolítico (expansão do megalitismo e agro-pastorícia).	Envidos, Mação 39°32'45.674"N 7°49'32.132"W
Pias Escavadas na Pedra	Tanques contíguos escavados na rocha.	Pias, Ferreira do Zêzere 39°42'46.899"N 8°19'51.661"W
Ponte da Ladeira d'El-Rei	Ponte romana, com dois arcos de volta perfeita, sendo um deles reforçado posteriormente com um arco quebrado.	Mação 39°33'8.68"N 8°0'3.58"W
Ponte Romana do Coadouro	Ponte assente em três arcos, o central com maior vão e flecha, com talhamares nos pegões das duas faces, que deve remontar ao século I a.C.	Mação 39°32'57.647"N 8°1'12.651"W
Ruínas Romanas de Alcolobre	Complexo termal de uma vila romana dos séculos I a III. Vestígios de exploração de minério de ouro.	Santa Margarida da Coutada, Constância 39°26'33.755"N 8°16'54.668"W
Vale de Azurrague	Vestígios megalíticos.	Alburitel, Ourém 39°38'35.444"N 8°30'37.6116"W
Vestígios Arqueológicos do Agroal	Vestígios que remontam a vários períodos de ocupação humana, nomeadamente a gruta do Buraco do Velho, a Palmaria, a necrópole da Lapa dos Furos e o Castro do Agroal.	Agroal, Ourém 39°40'47.512"N 8°26'1.0232"W
Vestígios Romanos da Quebrada do Meio	Troço de calçada e uma ponte da época da ocupação romana.	Ferreira do Zêzere 39°44'30.179"N 8°25'44.330"W

Continua...

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Ruínas Romanas de <i>Villae Cardillium</i>	Vestígios de uma antiga quinta romana composta por entrada, peristilo e êxedra, revelando um conjunto de alicerces, bases de colunas e pavimentos ornamentados com tesselas.	Torres Novas 39°27'10.61"N 8°31'43.98"W
Vila Romana de Ar-rochela	Povoado romano, repositório de múltiplos vestígios arqueológicos – alicerces, cerâmicas, pesos de tear, restos de forjas, colunas, entre outros.	Espite, Ourém 39°45'32.898"N 8°39'12.629"W
Vila Romana de Coi-nas	Vila romana do Alto Império com várias estruturas arqueológicas – alicerces, pesos de tear, cerâmica de construção, mós manuais, mosaico e escória de ferro.	Vale de Leiria, Ourém 39°39'20.45"N 8°37'49.744"W
Vila Romana de Oli-val	Vestígios de uma vila romana (século I-IV), nomeadamente mosaicos, materiais de construção e cerâmica comum.	Oliveira, Ourém 39°42'38.289"N 8°36'8.315"W
Anta do Vale da Laje	Monumento funerário megalítico mais antigo a norte do Tejo, com mais de 7500 anos, cuja câmara é formada por cinco grandes lajes.	Serra de Tomar, Tomar 39°33'22.5"N 8°18'07.5"W

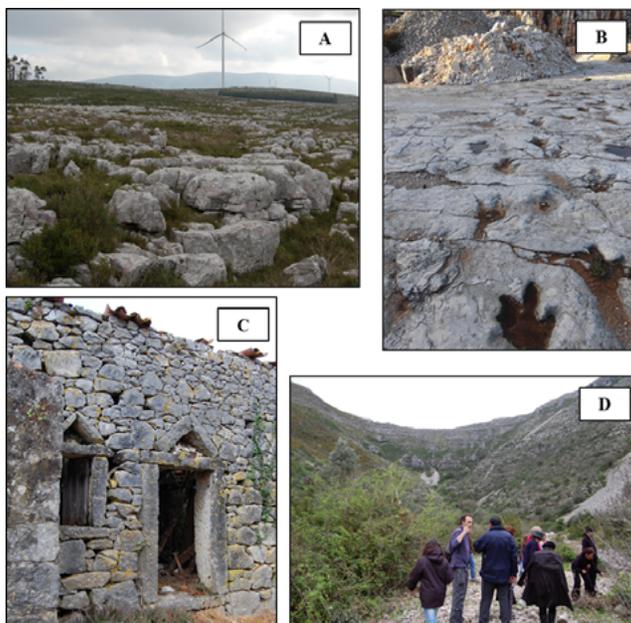
Fonte: Elaborado a partir de Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2014).

Encontram-se muitos vestígios pré-históricos em lapas (grutas naturais), comuns nos afloramentos calcários. O solo, algum de grande qualidade para a prática agrícola (terrenos aluvianos), o clima úmido e a abundância de presas potenciaram a fixação humana. No final do Neolítico, a anta de Alcobertas, indiciando organização social, porventura, é uma das primeiras construções em pedra que persistiram até a atualidade.

As construções em pedra são diversificadas, correspondendo a uma paisagem onde dominam os afloramentos rochosos (Figura 2). As construções estão materializadas em muros, paredes, casinas, maroiços, caneiros ou presas,

choisos, choisas e cerrados, segundo a terminologia popular local (PEREIRA, 2007). Essas construções utilizam apenas aparelho de alvenaria de pedra seca (sem argamassa). O olival emblemático da zona serrana tem origem no século XVII. Nessa época, tiveram lugar as primeiras construções de pedra seca para responderem a várias necessidades habitacionais, de contenção ou divisão de terras, armazenamento de utensílios e produtos ou para guarda de animais domésticos. Na época, tal como hoje, as Serras de Aire e Candeeiros seriam percorridas por pastores que nas suas atividades construíram pequenos abrigos de proteção (as casinas) face aos ventos marítimos que se fazem sentir na cumeada.

Figura 2 - Paisagem natural e cultural do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC): A - Campo de lapiás; B - Pegadas de dinossauros de Vale dos Meios; C - Edifício popular na localidade da Serra de Santo Antônio; D - Afloramento Geológico: Fórnea em Alcaria, Porto de Mós



Fonte: Acervo dos autores.

Como pode ser observado através do quadro 1 e das figuras 2 e 3, é possível criar Circuitos Locais e Itinerários Regionais, que na diversidade de vestígios arqueológicos de entre gravuras, povoados, conheiras, vilas romanas, forjas de metais, necrópoles e monumentos funerários, etc. podem constituir uma Rota temática assente nos vestígios arqueológicos enquadrados na geologia do território do Médio Tejo (FIGUEIRA, 2010).

Figura 3 - Sítios arqueológicos: A - Detalhe do leito da Via Romana do Alamal, atualmente coincidente com o plano de água do Rio Tejo (margem esquerda); B - Hipocausto das Ruínas Romanas de Vila Cardílio



Fonte: Acervo dos autores.

Os conteúdos reunidos formam um conjunto elucidativo disponível para diversos usos pela sua riqueza comunicativa. As organizações públicas e privadas, de acordo com os seus interesses, nomeadamente empresariais e turísticos, educativos, de animação social ou outros, passam a dispor de uma fonte que, organizada para o Geoturismo, serve outros domínios de atividade (TURISMO DE PORTUGAL, 2015).

ROTEIRIZAÇÃO EM GEOTURISMO

A Roteirização é uma componente de gestão da Visitação nos destinos turísticos (COOPER *et al.*, 2001). A elaboração de Roteiros atende a pelo

menos três variáveis: o turista, quando está em trânsito, recebe influências e influencia os indivíduos com quem interage; o turista, nas suas relações humanas e no contato com a natureza, cria memórias, fixa as especificidades naturais de cada lugar, usos e costumes de que participa; o turista, quando retorna à sua residência, recorda as experiências de que participou no espaço geográfico e no tempo de estada (PÉREZ, 2009).

O Geoturismo⁵ é uma atividade de descoberta e de contato com a natureza que, pela sua dimensão social, tem virtualidades na manutenção de ecossistemas e no turismo responsável. A roteirização geoturística atende a conceitos operacionais. Poder-se-á tomar nota do conceito atualizado de Geoturismo que enfatiza as seguintes linhas: a) identidade de um território, geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes; b) ferramenta orientada à conservação, divulgação e valorização do passado da Terra e da Vida, com perspectivas de projetar possíveis cenários futuros comuns para a vida humana; c) valorização inovadora do patrimônio geológico através das novas tecnologias de informação para veicular conteúdos complementares dos clássicos painéis informativos; d) disponibilização acessível clara e inteligível da informação para os diversos públicos-alvo (AROUCA GEOPARK, 2011). Como argumenta Figueira (2013b, p. 20):

O processo de Roteirização é, portanto, um instrumento ao serviço da valorização dos territórios, tendo especial importância na adequada apropriação turística do patrimônio tradicional e, com igual importância, na inclusão do patrimônio que se vai criando contemporaneamente. A sua missão enquanto instrumento de desenvolvimento de base territorial é decisiva na relação Turismo-Cultura, porque é a sua referência informativa de base.

5 A Declaração de Arouca de 2011 é muito clara quanto ao conceito e à sua aplicação prática. Em Arouca Geopark (2011) está explicitada essa questão.

Se, porventura, ao redor dos conceitos é relevante serem defendidas as posições que determinam a melhoria contínua da sua compreensão, na aplicação empresarial interessa serem considerados os seus impactos econômicos. Para as empresas, a roteirização é percebida como um meio para realizarem trabalho mais produtivo, recolhendo maiores dividendos. A responsabilidade de gestão dos destinos turísticos é da administração pública, mas cada vez mais, também, da iniciativa privada (TRIGO; MAZARO, 2012).

A procura da sustentabilidade, palavra-chave para se controlar positivamente o uso dos recursos endógenos, em função dos múltiplos interesses da sociedade exige a evolução controlada da relação custo-benefício no uso dos recursos naturais finitos. Esse é um tema atual e que necessita ser constantemente lembrado aos atores territoriais (FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2013).

A comunicação em roteirização também deverá atender aos públicos-alvo em presença, porque, como também se lê em Figueira (2013b, p. 26), na perspectiva de inclusão social,

[...] parece-nos haver espaço para, pelo menos, desenhar 4 níveis de “Apresentação-Interpretação” do patrimônio natural e cultural nas actividades de visitação turística:

- primeiro nível, de **Iniciação**, destinado a públicos pouco relacionados com o objecto de visita e capazes de lidar com um nível de complexidade básica (correspondente, comparativamente até ao 9º ano de escolaridade ou equivalente);
- segundo nível, de **Divulgação**, correspondendo a uma apresentação e interpretação para públicos com capacidade para acolherem a complexidade média na abordagem ao objecto de visita (que corresponde até ao 12º ano ou equivalente);
- terceiro nível, de **Aprofundamento**, destinado a públicos com formação superior ou equivalente, procurando responder a necessidades de uma interpretação mais pro-

funda e detalhada (que corresponde a licenciados, pós-graduados, e auto-didactas com aptidões equivalentes a estes níveis de formação académica);

- quarto nível, de **Investigação**, que se focará nos públicos científicos e técnicos que operam nos domínios onde os objectos de visitação se poderão contextualizar, destinado a ilustrar certos aspectos mais específicos e profundos (que toma corpo no que podemos designar por visitas técnico-científicas em sede de I&D).

Na organização dos Circuitos locais que satisfazem os percursos de cada ponto de partida, de trânsito e de chegada, as narrativas deverão ser encaixadas com os Itinerários regionais em que aqueles Circuitos se integram. Os Circuitos e os Itinerários dão corpo a uma Rota temática que dessa forma ganha uma lógica de visitação (FIGUEIRA, 2013b). Nesse caso, os Valores que estão associados a recursos tanto naturais quanto culturais são diferenciadores do produto turístico, agregando experiências únicas e intransmissíveis. Assim, como enfatiza a Entidade Regional do Turismo do Centro – ERTC (2019, p. 1), poder-se-á apresentar um exemplo muito concreto sobre essa constatação:

Em 1983 a UNESCO declarou monumento “Património da Humanidade” uma joia ímpar da história do Ocidente: o Castelo Templário e Convento dos Cavaleiros de Cristo de Tomar. Construído sobre um lugar de culto romano, este vasto conjunto monumental fala-nos de sete séculos da história de Portugal e de grandes momentos da história do Ocidente.

Afonso Henriques, nosso primeiro rei, doou aos Cavaleiros do Templo de Jerusalém, uma vasta região entre o Mondego e o Tejo. Conta a lenda que, em 1160, os cavaleiros chegados à região escolheram um monte para estabelecer um castelo e o nome que lhe iriam dar: Tomar.

Na poeira da história também se revelam os trilhos arqueológicos da sub-região do Médio Tejo, associados à matriz rodoviária romana, decalcada em itinerários terrestres e fluviais, que foram as bases de desenvolvimento econômico da Idade Média e significaram o futuro até a industrialização e as ligações ferroviárias do século XIX, completadas com as aéreas do século XX. Neste século XXI, é todo esse acervo de ligações externas e de aberturas aos territórios exteriores que a Arqueologia (trilhos arqueológicos) e o Geoturismo (trilhos geológicos e da natureza) asseguram, em uma cada vez maior proximidade intergeracional, além dos benefícios da vida ao ar livre e da (re)descoberta de culturas locais (FIGUEIRA, 2010).

Os profissionais do turismo produzem e vendem bens e serviços de grande complexidade. Acompanhar as tendências de consumo dos viajantes é o ponto crítico dessa atenção continuada. Agregar valor à fileira econômica do turismo (pessoas residentes integradas nos processos de gestão integrada do território mediante aplicação dos pressupostos doutrinários da Agenda 21 Local, por exemplo) significa melhorar a economia do turismo e elevar a capacidade atrativa dos destinos nos níveis internacional, nacional, regional e local. Nessa premissa, a questão ambiental ganha espaço de atenção (SIMÕES, 1993).

PROPOSTA DE PRODUTO GEOTURÍSTICO

As práticas de visitação em Geoturismo suscitam intervenções beneficiando as economias locais, criam cultura turística que sustenta, produtos, pacotes e experiências turísticas oferecidas ao mercado. Poderemos resumí-las partindo da lição de Tilden (2008, p. 9-10):

Saber receber o visitante com respeito pela cultura de que ele é portador e sob o exercício (profissional e cívico) da amabilidade e da hospitalidade;

Tratar qualquer visitante como gostaríamos de ser tratados, ou seja, com o máximo de abertura e amizade, eliminando eventuais preconceitos;

Oferecer os bens e serviços disponíveis de modo agradável e objetivo, com rapidez, com qualidade de prestação de serviço e com demonstração de confiança no visitante;

Preparar as abordagens aos clientes evidenciando conhecimento e cultura geral adequada como parte relevante do diálogo entre visitante e visitado (obtida nos tipos de ensino-aprendizagem institucional e empresarial por capacitação e estudo contínuo);

Conhecer o território de trabalho turístico no domínio dos atrativos existentes e saber apresentá-los e interpretá-los a partir dos níveis institucional, empresarial e cívico, em visitas ocasionais ou mais estruturadas tendo em conta os públicos-alvo de cada situação de visitaçãõ;

Promover os atrativos com sentido de identidade cultural e de orgulho no território que acolhe os visitantes, independentemente do estatuto de promotor, de empresário, de profissional de turismo ou de outras classificações de atividade económica e/ou de residente;

Contribuir empenhadamente para o esforço coletivo de conservar e salvaguardar o património natural e cultural, os parques, monumentos, artes, artes e ofícios, e restantes zonas de interesse turístico-cultural;

Interagir com os visitantes numa ótica de troca cultural (e naturalmente económica) com afabilidade e segundo as suas necessidades, contornando o eventual impulso da geração fácil de receita económica pela exploração de visitantes incautos;

Fomentar profissionalmente e fomentar entre amigos, práticas sociais e o melhor atendimento aos visitantes com orgulho no património local, valorizando-o no seu conjunto e nos seus detalhes únicos;

Respeitar o visitante e turista como consumidores, não abusando nos preços ou evitando promessas sobre facilidades ou outro tipo de situações que, por razões diversas, não possam ser cumpridas;

Exercer sempre o atendimento institucional, empresarial e cívico com simpatia e um sorriso de boas vindas, de permanência e de despedida.

Ao constatar-se uma lacuna na oferta estruturada de produtos de Geoturismo e analisando a oportunidade de colocar na agenda territorial a atenção devida aos intrínsecos valores geológicos e arqueológicos regionais, pretende-se concretizar uma abordagem de experiência turística sustentável e economicamente viável.

A empresarialização como facilitadora da aplicação de programas teóricos é cada vez mais experimentada face à necessidade de testar em contexto real as formatações que suscitam o desenvolvimento de novos produtos turísticos (SIMÕES; FERREIRA, 2009). Na figura 4, apresenta-se o planeamento de um desses produtos aplicados ao Geoturismo.

Figura 4 - Proposta de Rota de Geoturismo no Médio Tejo – Portugal



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se observa, esse produto poderá ser consumido com intermediação de uma empresa (no caso, a *High Sun Tourism Experiences* – <https://www.highsun.pt/>) ou por iniciativa de qualquer consumidor que, com autonomia, organize a sua escolha de visitação mediante as hipóteses propostas no plano da Rota (BRITO, 2000). Todavia, a interação gerada em uma experiência geoturística guiada por um profissional de turismo acrescenta indubitavelmente valor e potencia a socialização, concorrendo para um incremento do grau de satisfação do turista. No trabalho de campo realizado, pudemos atestar a virtualidade dessa interação.

A ARQUEOLOGIA, O GEOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE

Na estruturação deste texto, tomaram-se como ainda válidos os princípios de Tilden (2008, original de 1957) presentes na Declaração de Arouca, Arouca Geopark (2011, p. 1), ligando o patrimônio geológico e sua envolvente social, afirmando que:

- Toda a valorização do patrimônio geológico que não se adequa, de uma forma ou de outra, à personalidade ou à experiência de vida de um visitante é estéril;
- A informação não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação. As duas coisas são totalmente diferentes, mas toda a interpretação apresenta informação;
- A interpretação de um espaço natural deve provocar e despertar a curiosidade e a emoção muito mais do que ensinar.

Nessa lógica, a componente de animação geoturística de cada produto turístico (equivalente a cada pacote turístico de turismo de natureza ou de

experiências decorrentes da imersão dos viajantes na natureza de cada destino turístico) pode estabelecer-se segundo a descrição que propomos⁶:

Atrativos que a partir dos recursos endógenos mostram a identidade do destino:

- constituindo-se em ícones que não podem deixar de ser apreciados pelos turistas;
- capazes de, por si sós, motivarem experiências únicas, inesquecíveis e vantajosas para o turista, segundo a relação custo/benefício;
- levando os turistas a desfrutarem de lugares e a ocuparem-se segundo um leque de possibilidades (de descoberta da natureza – de aventura radical – de imersão paisagística – de experimentação de manualidades e artes – etc.).

Transportes no destino e eficácia da mobilidade turística:

- logística adequada à viagem de ida e volta e componentes legais e regulamentares (vistos, segurança, higiene e saúde pública, etc.);
- serviços prestados por operadores licenciados e profissionalmente implicados no processo de distribuição de turismo no destino;
- atendimento aos desejos de deslocação dos turistas sob situações de combinação e/ou adequação inteligente aos meios de transporte existentes.

Atividades que integram o participante a troco de pagamento:

- de viagem, estada e alojamento, restauração, entretenimento e lazer;
- de fruição ao modo desejado nomeadamente no segmento de geoturismo e de turismo arqueológico.

6 Considerando-se sob esse chapéu da “Visitação” todos os segmentos turísticos que utilizam os recursos naturais na sua composição de produto autônomo, de pacote combinado, de experiência turística inovadora.

Experiências que enriquecem a cultura do participante:

- experimentando novas culturas e novos lugares e descobrindo-se como portador de cultura em confronto com outras culturas;
- vivenciando momentos e sentimentos integrados nos usos e costumes locais.

Animação e oferta de programas de entretenimento e lazer:

- segundo a visão de que as atividades dentro dos lugares visitados são experiências que podem não se voltar a desfrutar tão cedo;
- aproveitando a singularidade dos destinos turísticos e do que só neles será possível realizar, porque são autênticos e genuínos;
- aproveitando integralmente o cenário que só um destino turístico com cultura própria proporciona aos turistas.

Serviços que, em qualidade e quantidade, fazem parte do pacote turístico:

- entre um leque de possibilidades e de limites estabelecidos pelas capacidades das empresas que prestam os serviços;
- serviços complementares resultantes da interação dos participantes (excursionistas e turistas) com os residentes.

Estrutura organizacional e a prestação de serviços profissionais de excelência:

- perfil de gestão (pública e privada) integradora dos atores territoriais (promotores-empresas-residentes) no processo de turistificação;
- intervenção da administração pública e da organização empresarial através da resolução de questões de hospitalidade, de saúde, de segurança, de

acesso a bens e a serviços interligados por redes locais, regionais, nacionais e internacionais ativas, geradoras de confiança do viajante em relação à experiência no destino.

Infraestruturação adequada e acessos facilitados às necessidades do turista:

- disponibilização de espaços públicos qualificados e salubres, seguros e disponíveis para a fruição do espaço comum dos destinos turísticos;
- preparação e gestão de qualidade nas instalações principais e complementares com orientação ao turista, sem deixar de atender às necessidades dos residentes locais e dos visitantes ocasionais.

Equipamentos básicos e sensação de conforto:

- disponibilização de espaços para atividades complementares e segundo a oferta de programas especiais para os turistas;
- serviços de moda, de compras e de tratamento pessoal.

Outros Recursos que, ocasionalmente, poderão ser descobertos pelos turistas:

- fomentar oportunidades para o surgimento do fator “surpresa”, tirando partido do prazer de descobrir pessoas, lugares e coisas;
- organização de programação cultural em rede, ligando promotores, empresários, profissionais de turismo, artistas e artesãos residentes, etc.

Em Portugal, esse quadro que propomos se inspirou na aplicação da Estratégia Turismo 2027⁷, que orienta os profissionais do setor e significa cultura turística para todos, desde os decisores aos executivos e demais profissionais e

7 Disponível em: <https://estrategia.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

estudantes. A divulgação dos valores que sustentam a cultura turística também requer o tão almejado território inteligente que o RIS3⁸, documento europeu de orientação para a competitividade dos territórios, fundamenta.

Promover a ideia de “Turismo e Cultura para e com a Sociedade”, como se experimenta no Projeto MovTour⁹, só fará sentido se for integrada nas práticas cotidianas. A integração de valores de natureza ética e profissional, quando exercida em conformidade com os imperativos estratégicos tanto da UNWTO¹⁰ quanto das diretivas da União Europeia nessa matéria, e do Turismo de Portugal, I.P.¹¹, não esquecendo o contributo das associações de empresários, de consumidores e de municípios que decidiram criar comunidades intermunicipais, bem como o papel das Entidades Regionais de Turismo e da Região de Turismo do Algarve e Secretarias Regionais dos Açores e da Madeira e outras estruturas com interesses nesse domínio, depende dos níveis e da qualidade das colaborações. Essas se relacionam com a evolução das preocupações sobre a sustentabilidade.

Recorde-se que, nos anos 80, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável pela iniciativa da União Europeia e da Comissão Brundtland¹². Também a Globalização econômica suscitou a Globalização tecnológica e a Globalização cultural e, por isso, as atividades culturais se orientaram pela Cultura mosaico, global. Essas mudanças tiveram decisiva influência sobre o modo como culturalmente se expressam os destinos através dos seus Residentes, porque se conectam cada vez mais aos comportamentos globais, adotando matrizes de pensamento e ícones de orientação similares a outros lugares, em contraponto aos sedimentos da sua cultura local que, contudo, não perdem, mesmo que parte deles a tentem olvidar (SOUSA; SIMÕES, 2010).

8 Disponível em: <http://ris3.ccdrc.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

9 Disponível em: http://portal2.ipt.pt/pt/ipt/unidades_de_i_d_tecnologico_e_artistico/l_tour/movtour_turismo_e_cultura_com_e_para_a_sociedade/. Acesso em: 23 jun. 2020.

10 Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020. Acrônimo inglês da Organização Mundial do Turismo.

11 Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

12 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

As doutrinas da ONU¹³, da UNESCO¹⁴ e do ICOMOS¹⁵ podem significar a diferença entre a utilização de recursos culturais de modo meramente mercantilista na ótica simples do custo/benefício ou no modo mais adequado que, sem deixar de ser mercantilista, adiciona compromisso e ética àquela apropriação.

A disseminação dos valores ambientais, sociais e econômicos deverá ser sustentada, por sua vez, nas intervenções que possam colocar a cultura como um quarto pilar que dá maior estrutura a essa trilogia que tem cumprido o seu papel de orientadora do designado desenvolvimento sustentável. No espírito da Carta Internacional do Turismo Cultural¹⁶, podemos esquematizar os principais fatores que devem contribuir para uma cultura turística de qualidade (FIGUEIRA; BAPTISTA, 2015).

De fato, há três tipos de atores com responsabilidades nos êxitos e nos fracassos de natureza institucional, empresarial e populacional. Assim, do lado da promoção, os institutos públicos constituem o primeiro tipo; do lado da comercialização, as organizações empresariais, em nome individual e coletivo, estruturam o segundo tipo de atores; por fim e assumindo a relevância do terceiro tipo, o conjunto dos residentes fecha o triângulo, sendo uma parte muito sensível do processo de turistificação dos territórios e seus sistemas turísticos (BENI, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o potencial do turismo baseado na geologia e nas evidências arqueológicas da região do Médio Tejo em função dos processos de desenvolvimento territorial de base comunitária foi o fio condutor da investi-

13 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

14 Disponível em: <https://en.unesco.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

15 Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 23 jun. 2020.

16 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

gação. A espessura arqueológica desse território se revelou e assegura, estamos certos, a otimização dos recursos e a minimização de conflitos.

O Geoturismo aproveita essa porta franqueada pela Geologia e pela Arqueologia, como se demonstrou. A roteirização responsável alinhada ao ordenamento do território valoriza-o e, nesse processo, as pessoas e as suas organizações também crescem em valores. A descoberta e redescoberta dos testemunhos ancestrais também impulsiona, economicamente, a evolução cultural das comunidades locais.

A sub-região do Médio Tejo beneficiar-se-á dessa animação econômica que também tem no geoturismo uma fonte de receita. A sustentabilidade dos territórios, baseada nos pilares clássicos de Ambiente, Sociedade e Economia tem necessidade de ver nela integrado um novo atributo como pilar complementar, suportando as consequências da rápida mudança de paradigmas: a Cultura.

Esse é um aspecto central porque a criação de mais cultura turística é urgente. As designadas “cidades criativas” e “indústrias criativas” que são apenas as pontas do *iceberg* das tendências culturais do nosso tempo exigem-no. Relacionar Natureza, Turismo e Cultura significa em termos de Etnoarqueologia uma especialização distintiva. A tabela que acompanha o levantamento de campo revela isso mesmo. Dentro dos modelos de crescimento turístico nos territórios, o geoturismo, com pouca expressão nessa tão rica zona de atrativos naturais, tem na rota proposta e na sua ligação empresarial, como propomos, uma oportunidade para se impor.

O turismo arqueológico, o turismo de natureza, o ecoturismo e outras modalidades de fruição responsáveis pelo legado natural da geologia e da paisagem cultural construída ao longo dos tempos são componentes do modelo replicável, que propomos para aplicação em outras geografias, onde a transformação de recursos em atrativos se possa manifestar e criar economia e mais cultura turística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. D.; ABRANJA, N. A. Turismo e Sustentabilidade. **Revista Cogitur**, Lisboa, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/506/409>. Acesso em: 28 jun. 2017.

AMORIM, E.; FIGUEIRA, L. M.; SOARES, C. **Planejamento e organização do turismo**. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

AROUCA GEOPARK. **Declaração de Arouca**. Arouca, 9 a 13 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf. Acesso em: 12 jul. 2018.

BARRETO, M. Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62663/65458>. Acesso em: 14 out. 2015.

BENI, M. C. Sistema de Turismo – SISTUR: Estudo do Turismo face à Moderna Teoria de Sistemas. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63854/66610>. Acesso em: 14 out. 2015.

BRITO, B. R. O Turista e o Viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: APS, 2000. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dea1a49422_1.PDF. Acesso em: 12 out. 2015.

BUCKLEY, R. **Environmental Impacts of Ecotourism**. Wallingford: CABI Publishing, 2004.

CASIMIRO, P. C. Estrutura, composição e configuração da paisagem – conceitos e princípios para a sua quantificação no âmbito da ecologia da paisagem. **Revista Estudos Regionais**, Angra do Heroísmo, n. 20, p. 75-99, 2007.

Disponível em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER20/20.6.pdf>.
Acesso em: 22 set. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **Orientações para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária**. Bruxelas: CE, 2014. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/guidance_clld_local_actors_pt.pdf. Acesso em: 07 jan. 2018.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO - CIMT. **A região**. 2014. Disponível em: <https://mediotejo.pt/index.php/medio-tejo/>. Acesso em: 03 set. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”**. Québec: ICOMOS, 2008. Disponível em: http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 26 ago. 2015.

COOPER, C. Sustainability and tourism visions. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: UNPAN, 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044548.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

COOPER, C. *et al.* **Turismo, Princípios e Prática**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

CORDEIRO, B.; ALVES, L.; CARVALHO, P. **O Ecoturismo em Portugal: uma análise exploratória aos Agentes de Animação Turística e sua relação particular com o Ecobusiness**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293814771_O_Ecoturismo_em_Portugal_Uma_Analise_Exploratoria_aos_Agentes_de_Animacao_Turistica_e_a_Sua_Relacao_Particular_com_o_Ecobusiness. Acesso em: 12 ago. 2019.

COSTA, H. **Desafio da Proximidade**. 2016. Disponível em: www.mediotejo.net/desafio-da-proximidade-por-hugo-costa/. Acesso em: 30 dez. 2017.

CUNHA, L. Avaliação do Potencial Turístico. **COGITUR Journal of Tourism Studies**, Lisboa, 2008. Disponível em: http://jts.ulusofona.pt/turismo01/pdf01/artigo_liciniocunha.pdf. Acesso em: 07 jul. 2015.

ENTIDADE REGIONAL DO TURISMO DO CENTRO - ERTC. **Convento de Cristo Património Mundial da UNESCO e Castelo Templário de Tomar**. Publicado em 2019. Disponível em: <http://www.centerofportugal.com/pt/convento-de-cristo-e-castelo-templario-de-tomar/>. Acesso em: 10 set. 2019.

FENNELL, D. A. **Ecotourism Programme Planning**. New York: CABI Publishing, 2002.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 3. ed. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2008.

FIGUEIRA, L. M. Roteirização do Turismo: Uma Abordagem Preliminar à “apresentação-interpretação” do território. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, n. 20, p. 121-133, 2013a.

FIGUEIRA, L. M. **Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural**. [e-book]. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013b. Disponível em: http://www.cespoga.ipt.pt/new/wp-content/uploads/2013/03/Manual_Roteiros_CESPOGA2013.pdf. Acesso em: 14 out. 2015.

FIGUEIRA, L. M. O Rio Tejo como recurso inspirador. *In*: PATRIMÔNIO DO TEJO. **Debate: Turismo**. Lisboa: Org. ArhTejo/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2010. Disponível em: http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Patrimonio_do_Tejo_2/Luis_Mota_Figueira.pdf. Acesso em: 14 out. 2015.

FIGUEIRA, L. M. Roteiro do Tejo – Ideia e Conceito. *In*: SESSÃO DE DEBATE. **Roteiro do Tejo**. Abrantes: Org. ArhTejo, 2011, p. 1-26. Disponível em: https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Roteiro_do_Tejo/2_Luis_Mota_Figueira.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

FIGUEIRA, L. M.; BAPTISTA, C. Turismo, Patrimônio Cultural, Direito e Sustentabilidade Ambiental na ótica da Carta Internacional do Turismo Cultural: breves considerações. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Vol. 1. Curitiba: Ed. Multideia, 2015, p. 123-143. Disponível em: http://www.multideiaeditora.com.br/flip/patrimonio_IHTML/files/assets/basic-html/page1.html. Acesso em: 12 set. 2019.

FIRMINO, M. B. **Turismo**: Organização e Gestão. Lisboa: Escolar Editora, 2007.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FCT. **Agenda Temática de Investigação e Inovação**: Turismo, Lazer e Hospitalidade. Lisboa: FCT, 2019. Disponível em: https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/Agenda_Turismo_Final.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FCT. **Estratégia nacional de Investigação e inovação para uma Especialização Inteligente**: Eixo temático 4: recursos naturais e ambiente – Turismo. Lisboa: FCT, 2013. Disponível em: https://www.fct.pt/esp_inteligente/docs/Turismo_Documento_ENEI_Faro.pdf. Acesso em: 03 nov.2015.

GASTAL, S. (Org.) **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

GONÇALVES, F. *et al.* **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 27-D, Abrantes**. Lisboa: Direção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, 1979. 75 p.

HANAI, F. I. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, 2012. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/589/276>. Acesso em: 05 jan. 2018.

HIGHAM, J. **Critical Issues in Ecotourism**: understanding a complex tourism phenomenon. Oxford: Butterworth-Heinemann, Elsevier Ltd, 2007.

LOPES, E. R. **A constelação do Turismo na economia portuguesa**: Portugal desafios nos alvares do século XXI. Lisboa: Ed. O Sol é Essencial S.A., 2010.

MANUPPELLA, G. *et al.* **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 27- C, Torres Novas**. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 2006. 79 p.

MANUPPELLA, G. *et al.* **Carta Geológica e Notícia Explicativa da Folha 27-A, Vila Nova de Ourém**. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 2000. 156 p.

MARTINS, A. F. **Maciço Calcário Estremenho**: Contribuição para um Estudo de Geografia Física. 1949. 249 p. Tese (Doutoramento em Ciências Geográficas) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 1949.

McKERCHER, B.; CROS, H. du. **Cultural Tourism**: the partnership between tourism and cultural heritage management. New York: Routledge, 2002.

NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/30514>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **O Código Mundial de Ética do Turismo**. Madrid: OMT, 1999. Disponível em: <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

PEIXOTO, P. **O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas**. Coimbra: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/155.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

PEREIRA, F. F. As paredes de pedra no Maciço Calcário Estremenho, sua importância para a Conservação da Natureza. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA APDR, 13., CONGRESSO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA,

1., 2007, Angra do Heroísmo. **Anais [...]**. Angra do Heroísmo: APDR, 2007, p. 29.

PÉREZ, X. P. Turismo Cultural: Uma visão antropológica. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Canarias, n. 2, 2009. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/.../1/livro%20tc%20xerardo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PICARD, M.; MICHAUD, J. Tourisme et sociétés locales. **Anthropologie et Sociétés**, Laval, v. 25, n. 2, p. 5-13, 2001. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/AS/2001/v25/n2/000230ar.html>. Acesso em: 12 out. 2015.

QUARTAU, R. Calcários Ornamentais e Industriais do Maciço Calcário Estremenho: A variedade Semi Rijo de Cabeça Veada. **Estudos, Notas e Trabalhos do Instituto Geológico e Mineiro**, Lisboa, v. 40, p. 81-88, 1998.

RODRIGUES, J. C. Geoturismo: uma abordagem emergente. In: CARVALHO, N.; RODRIGUES, J. C. (Eds.). **Geoturismo & Desenvolvimento Local**. Idanha-a-Nova: [s.n.], 2009, p. 38-61. Disponível em: [www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/livro%203\(1\).pdf](http://www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/livro%203(1).pdf). Acesso em: 22 set. 2017.

RODRIGUES, M. L. Evolução geomorfológica quaternária e dinâmica actual: Aplicações ao ordenamento do território - Exemplos no Maciço Calcário Estremenho. 1998. 868p. Dissertação (Doutoramento em Geografia Física) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

ROMÃO, J. **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 28-A, Mação**. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 2006. 77 p.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Revista MÉTIS: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SIMÕES, J. M. Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. **Revista INFORGEO**, Lisboa, n. 6, p. 71-82, 1993. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/section44/1235567095_INFORGEO_06_p071a082.pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

SIMÕES, J. M.; FERREIRA, C. **Turismos de nicho**: motivações, produtos, territórios. Lisboa: Territur - Centro de Estudos Geográficos, 2009.

SOUSA, B.; SIMÕES, C. Comportamento e perfil do consumidor de turismo de nichos. **Tékhné Review of Applied Management Studies**, Barcelos, v. VIII, n. 14, p. 137-146, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n14/n14a10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

TALAVERA, A. S. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 31-57, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4. ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.

TRIGO, L. G. G.; MAZARO, R. Movimentos Globais e Cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, n. 23, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/9012>. Acesso em: 14 out. 2015.

TURISMO DE PORTUGAL. **Repositório de documentos legais que enquadram ou condicionam a actividade turística**: Política de Turismo - Ordenamento do Território - Licenciamento e Classificação - Investimento - Formação. Lisboa: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/Pages/Legislacao.aspx>. Acesso em: 14 out. 2015.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecotourism**: Impacts, Potentials and Possibilities. 2. ed. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2009.